



PROGRAMA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO EDITAL Nº 4 / 2022

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

1. Compreensão e interpretação de textos:
 - 1.1 Identificação do tema, da ideia principal e das ideias secundárias de textos verbais e/ou não verbais;
 - 1.2 Significação contextual das palavras: sinônimos, antônimos, homófonos, homógrafos, parônimos;
 - 1.3 Denotação e conotação;
 - 1.4 Figuras de linguagem;
 - 1.5 Coerência e coesão textual; e
 - 1.6 Estabelecimento de relações de ideias entre textos ou em um mesmo texto.
- 2 Identificação dos sentidos construídos nos textos por meio da verificação dos seguintes recursos linguísticos contextualizados:
 - 2.1 Pontuação;
 - 2.2 Classes de palavras;
 - 2.3 Funções sintáticas;
 - 2.4 Flexão nominal e verbal;
 - 2.5 Sintaxe de concordância, de regência e de colocação;
 - 2.6 Coordenação e subordinação; e
 - 2.7 Relações sintáticas e semânticas no texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. Gramática Portuguesa. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em Prosa Moderna. 27 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROGRAMA

- 1 Noções de raciocínio lógico;
- 2 Operações lógicas sobre proposições;
- 3 Construção de tabelas-verdade;
- 4 Tautologia, contradições e contingências;
- 5 Implicação lógica;
- 6 Equivalência lógica;
- 7 Álgebra das proposições;
- 8 Conjuntos; e
- 9 Quantificadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Sérgio; CAMPOS, Weber. Raciocínio Lógico Simplificado - Vol. I. JUSPODIVM Editora, 2021.

CUNHA, Francisco Gêvane Muniz. Lógica e Conjuntos. 2008. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429767/2/Logica%20e%20Conjuntos%20-%20Livro.pdf>. Acesso em: 05 mai 2022.

DE ALENCAR FILHO, Edgard. Iniciação à lógica matemática. NBL Editora, 2002.

DIREITO E LEGISLAÇÃO

PROGRAMA

1. Constituição Federal:
 - 1.1 Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Título II, Capítulos I, II e III e IV artigos. 5º a 16);
 - 1.2 Da Administração Pública (Título III, Capítulo VII, artigos. 37 a 41);
 - 1.3 Da Organização dos Poderes (Capítulos I, II, III e IV, artigos 44 a 131); e
 - 1.4 Da Ordem Social (Título VIII, Capítulo III, Seções I e II, artigos. 205 a 216-A).
- 2 Direito Administrativo E Educacional:
 - 2.1 Organização da Administração Federal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas alterações;
 - 2.2 Regime Jurídico Administrativo: princípios e poderes da Administração Pública;
 - 2.3 Ato Administrativo: elementos, atributos, classificação e espécies. Extinção dos atos: anulação e revogação. Vícios dos atos administrativos. Controle administrativo e judicial dos atos administrativos;
 - 2.4 Agentes Públicos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos. Classificação dos Agentes Públicos. Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações);

- 2.5 Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações);
- 2.6 Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e suas alterações);
- 2.7 Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações);
- 2.8 Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996 e suas alterações;
- 2.9 Crimes contra a Administração Pública: Título XI, arts. 312 a 360 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro e suas alterações);
- 2.10 Lei de acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e suas alterações);
- 2.11. Direito Educacional:
- 2.11.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações);
- 2.11.2 Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e suas alterações);
- 2.11.3 Lei do Estágio (Lei 11.788, de 25 de setembro de 2014 e suas alterações);
- 2.11.4 Lei anti-bullying: combate à Intimidação Sistemática (bullying) no sistema de ensino (Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015 e suas alterações);
- 2.11.5 Lei de enfrentamento à COVID-19 - Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e suas alterações; e
- 2.11.6 Normas Educacionais excepcionais relativas à COVID-19 - Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 e suas alterações e atos administrativos regulamentares;
- 2.12 Estrutura Normativa da Universidade Federal do Rio Grande – FURG:
- 2.12.1 Estatuto da FURG: aprovado pela Resolução 031 de 23 de novembro de 2007 do Conselho Universitário. Aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA 301, de 16 de abril de 2008; e
- 2.12.2. Regimento Geral da FURG, aprovado pela Resolução nº 015 de 26/06/2009 do Conselho Universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (atualizada). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (atualizado). Código Penal. Título XI, arts. 312 a 360. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (atualizado). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (atualizado). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 (e alterações posteriores). Lei de licitações e contratos administrativos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429compilada.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e alterações posteriores). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (e alterações posteriores). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (e alterações posteriores). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-29-de-dezembro-de-2020-296893578>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto--de-2021-336647801>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância–EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior–IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus–Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Portaria-n-544-de--16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 1.038, de 07 de dezembro de 2021. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Resolução 031 de 23 de novembro de 2007 do CONSUN. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA 301, de 16 de abril de 2008. Aprova o Estatuto da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Disponível em: <https://www.furg.br/arquivos/institucional/estatuto-furg-2019.pdf>. Acesso em: 11 abr 2022.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Resolução 015, de 26 de junho de 2009 do CONSUN. Institui o Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <https://www.furg.br/arquivos/institucional/2021-regimento-geral-furg.pdf>. Acesso em: 11 abr 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 35ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BIRNFELD, Carlos André. Educação remota em tempos de pandemia e pós-pandemia: legislação aplicável, aulas remotas e retomada das atividades presenciais na Educação Superior. Florianópolis: Habitus, 2022.

INFORMÁTICA

PROGRAMA

1 Microinformática básica:

1.1 *Hardware* básico e sua organização;

1.2 Unidades de medida de capacidade; e

1.3 Dispositivos de entrada e saída.

2 Suite office - Libre Office (Draw, Math, Impress, Write, Calc):

2.1 Planilhas de cálculo, utilização de fórmulas básicas, importação e exportação de dados brutos (CSV), gráficos, formatação;

2.2 Processador de texto;

2.3 Gerar apresentações; e

2.4 Ferramentas adicionais da suíte - Math e Draw.

3 Microsoft Office (Excel, Word, PowerPoint, Teams e OneDrive):

3.1 Planilhas de cálculo, utilização de fórmulas básicas, importação e exportação de dados brutos (CSV), gráficos, formatação;

3.2 Processador de texto;

3.3 Gerar apresentações;

3.4 Uso do OneDrive; e

3.5 Uso do Microsoft Teams.

4 Governo Digital:

4.1 Conceito;

4.2 Credencial para acesso digital; e

4.3 Principais serviços.

5 *Internet* (Uso) / *Internet* das coisas (IoT) / *E-mail* / Navegadores:

5.1 *Internet* das coisas, conceitos básicos e possibilidades de uso no serviço público;

5.2 *E-mail*: Conceitos básicos de utilização, recebimento e envio de mensagens, configuração de leitores, catálogo de contatos, agenda, utilização de filtros para mensagem. Foco no Zimbra Webmail;

5.3 Navegadores de *internet*, utilização, configuração, uso convencional e em modo anônimo, com foco no Google Chrome;

5.4 Protocolos básicos de *internet* e sua utilização;

5.5 Certificados Digitais, conceitos básicos e utilização; e

5.6 Netiqueta.

6 Sistemas Operacionais Windows 10. Utilização e configuração básica:

6.1 Área de trabalho;

6.2 Rede e *internet*;

6.3 Arquivos e armazenamento; e

6.4 Segurança e defesa.

7 Computação em nuvem:

7.1 Conceitos;

7.2 Infraestrutura básica; e

7.3 Tipos de serviços.

8 Segurança da Informação:

8.1 Soluções de Backup;

8.2 Identificação e proteção contra *spam*;

8.3 Como identificar boatos na *Internet*;

8.4 Reconhecendo e Lidando com *malwares*;

8.5 Segurança em computadores e dispositivos móveis pessoais e de terceiros; e

8.6 Segurança em Redes Sociais.

9 Proteção de Dados Pessoais:

9.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

9.2 Boas práticas no tratamento de dados pessoais; e

9.3 Tratamento de dados pessoais no poder público.

10. Lei de Acesso à Informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público (Guia Orientativo). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-poder-publico-anpd-versao-final.pdf>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

BRASIL. Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm.

BLOG DO MICROSOFT 365. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/blog/>.

CERT.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/>.

CERTISIGN BLOG. Certificado Digital: o que é? Disponível em: <https://blog.certisign.com.br/o-que-e-certificado-digital/>.

COMPUTAÇÃO EM NUVEM: O QUE VOCÊ REALMENTE PRECISA SABER. 1ª ed. São Paulo: Opus Software, 2015.

GOOGLE. Ajuda do Chrome. Disponível em: <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR#topic=7439724>.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Certificado Digital. Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br>.

LEMONS, Christiane. Dicas de Netiqueta. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206361/2/Dicas%20de%20Netiqueta-Christiane.pdf>.

LIBREOFFICE. Documentação em Português. Disponível em: <https://documentation.libreoffice.org/pt-br/portugues/>.

MAGRINI, Eduardo. A Internet das coisas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23898/A%20internet%20das%20coisas.pdf>.

MICROSOFT. Dicas Do Windows 10 – Domine a Área De Trabalho. Disponível em: <https://news.microsoft.com/pt-br/domine-a-area-de-trabalho-do-windows-10-com-essas-dicas-e-truques/>.

MICROSOFT. Get Started With OneDrive. Disponível em: <https://support.microsoft.com/en-us/office/ebook-get-started-with-onedrive-498739ec-8574-4439-9945-660a273966fa>.

MICROSOFT. Windows 10 - Arquivos e armazenamento. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/office/arquivos-e-armazenamento-9bf80d1c-fc20-43bb-a76a-13c4316ea442#WindowsVersion=Windows_10.

MICROSOFT. Windows 10 - Rede & Internet. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/office/rede-internet-1dd2ff2e-6509-4333-9772-549a84c5da8b#WindowsVersion=Windows_10.

MICROSOFT. Windows 10 - Segurança e privacidade. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/seguran%C3%A7a-e-privacidade-308c5778-c3fe-46ad-9424-e6a10489e005>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Guia de Boas Práticas - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guia-boas-praticas-lgpd>.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Governo Digital. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br/conta-gov-br/>.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Governo Digital - Sobre a Transformação Digital. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br>.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Governo Digital - Conheça as diretrizes da Estratégia de Governo Digital - 2020 a 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020>.

NIC.BR. Cartilha de Segurança para Internet. Disponível em: <https://internetsegura.br/>.

O GUIA COMPLETO DO MICROSOFT OFFICE. 1ª ed. On Line Editora, 2016.

O QUE É NETQUETA? Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206046/2/O%20que%20%C3%A9%20Netqueta_educapes.pdf.

PORTAL ANTISPAM. Disponível em: <https://www.antispam.br/>.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING. 2018. Disponível em: <http://eping.governoeletronico.gov.br/>.

SERPRO. Governo digital e inovador. Disponível em: <http://intra.serpro.gov.br/tema/noticias-tema/governo-digital-e-inovador>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Tutoriais de uso do email. Disponível em: <https://cgti.furg.br/servicoemail/tutoriais-de-uso-do-email>.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ZIMBRA™ SUÍTE DE COLABORAÇÃO GUIA AVANÇADO DO USUÁRIO CLIENTE WEB. Disponível em: https://wiki.fcm.unicamp.br/images/Manual_Completo_Zimbra.pdf.

ZIMBRA WEB CLIENT USER GUIDE ADVANCED WEB CLIENT. Disponível em: <https://zimbra.github.io/zwcguide/8.7.6/Zimbra%20Web%20Client%20User%20Guide%208.7.pdf>.